

CAP S.A. ARENA DOS PARANAENSES

Relatório do auditor independente

Demonstrações contábeis

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021

CAP S.A. ARENA DOS PARANAENSES

Demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2022 e 2021

Conteúdo

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis

Balancos patrimoniais

Demonstrações do resultado

Demonstrações do resultado abrangente

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Demonstrações dos fluxos de caixa

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos
Aos Administradores e Conselheiros do
CAP S.A. Arena dos Paranaenses
Curitiba-PR

Opinião sobre as demonstrações contábeis

Examinamos as demonstrações contábeis do CAP S.A. Arena dos Paranaenses ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do CAP S.A. Arena dos Paranaenses em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase - Transações com partes relacionadas

Chamamos a atenção para as mutações do patrimônio líquido, onde demonstra que a Companhia tem recebido adiantamentos para aumento de capital junto a sua controladora como única fonte de geração de caixa nas suas operações, portanto as demonstrações contábeis devem ser lidas nesse contexto. Nossa opinião não contém modificações em relação a esse assunto.

Outros assuntos

As demonstrações contábeis da CAP S.A. referente ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2021, foram por nós auditadas com relatório emitido em 26 de abril de 2022 contendo ressalva com relação a: a) ausência de registro de encargos sobre empréstimo obtido junto a Fomento Paraná e b) ausência de resposta de circularização da Fomento Paraná. Para 2022, em razão do disposto na nota 8 referente às novas decisões judiciais, o valor contabilizado como dívida ficou adequado.

Responsabilidades da Administração pelas demonstrações contábeis

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

BDO RCS Auditores Independentes SS Ltda., uma empresa brasileira da sociedade simples, é membro da BDO Internacional Limited, uma companhia limitada por garantia do Reino Unido, e faz parte da rede internacional BDO de firmas-membro independentes. BDO é nome comercial para a rede BDO e cada uma das firmas da BDO.

Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia;
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração;
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional;
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada;

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Curitiba, 12 de abril de 2023.

CAP S.A. ARENA DOS PARANAENSES

Balanços patrimoniais

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de Reais)

Ativo				Passivo e patrimônio líquido			
	Nota	2022	2021		Nota	2022	2021
Circulante				Circulante			
Disponibilidades		-	2	Fornecedores		1.166	1.334
Despesas a apropriar		-	4	Empréstimos e financiamentos	8	224.421	182.451
Outros Ativos		2	-	Obrigações sociais e tributárias		5	1
		<u>2</u>	<u>6</u>	Parcelamentos fiscais		-	470
						<u>225.592</u>	<u>184.256</u>
Não Circulante				Não Circulante			
Imobilizado	7	672.586	633.648	Contas a Pagar		745	
Intangível				Provisões para contingências	9	434	324
		<u>672.586</u>	<u>633.648</u>	Empréstimos e financiamentos	8	87.959	108.626
		-				<u>89.137</u>	<u>108.950</u>
				Patrimônio Líquido			
				Capital social		294.849	294.849
				Adiantamento para futuro aumento de capital		116.080	92.013
				Superávit ou Déficit Acumulados		(53.069)	(46.414)
						<u>357.859</u>	<u>340.448</u>
Total ativo		<u><u>672.588</u></u>	<u><u>633.654</u></u>	Total passivo e patrimônio líquido		<u><u>672.588</u></u>	<u><u>633.654</u></u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

CAP S.A. ARENA DOS PARANAENSES

Demonstrações do resultado

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de Reais)

	Nota	2022	2021
Depreciação e amortização		(6.422)	(6.448)
Despesas das atividades em geral		(86)	(186)
Despesas operacionais	10	(6.507)	(6.634)
Resultado operacional		(6.507)	(6.634)
Resultado não operacional		(128)	-
Resultado financeiro		(20)	(182)
Prejuízo do exercício		(6.655)	(6.816)

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

CAP S.A. ARENA DOS PARANAENSES

Demonstrações do resultado abrangente

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de Reais)

	2022	2021
Prejuízo do exercício	(6.655)	(6.816)
Outros resultados abrangentes	-	-
Total do resultado abrangente do exercício	<u>(6.655)</u>	<u>(6.816)</u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

CAP S.A. ARENA DOS PARANAENSES

Demonstrações dos fluxos de caixa

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares Reais)

	2022	2021
Atividades Operacionais		
Prejuízo do exercício	(6.636)	(6.816)
Depreciação	6.422	6.448
Despesas apropriadas ao resultado	14	-
Provisão para contingências	(2)	-
(Déficit)/superávit líquido ajustado	(202)	(368)
Variações nos Ativos e Passivos		
Adiantamento de fornecedores	-	308
Fornecedores	(170)	(787)
Obrigações sociais e fiscais	5	(207)
Parcelamentos fiscais	(489)	(274)
Contas a pagar	854	13
Caixa líquido consumido nas atividades operacionais	200	(947)
Atividades de Investimentos		
Compras de imobilizados	(45.370)	(32.167)
Adiantamento para Futuro Aumento de Capital	24.067	31.354
Caixa líquido consumido nas atividades de investimentos	(21.303)	(813)
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos		
Empréstimos e financiamentos	21.303	2.128
Caixa líquido das atividades de financiamentos	21.303	2.128
Redução de caixa e equivalentes de caixa	(2)	-
Saldo de caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	2	2
Saldo de caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	-	2
Redução de caixa e equivalentes de caixa	(2)	-

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

CAP S.A. ARENA DOS PARANAENSES

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido (Em milhares de Reais)

	Capital Social	Adiantamento para aumento de capital	Reserva especial para aumento de capital	Prejuízo acumulado	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2020	294.849	60.010	(39.599)	-	315.260
Adiantamento para futuro aumento de capital	-	32.004	-	-	32.004
Prejuízo do exercício	-	-	-	(6.816)	(6.816)
Reserva especial para aumento de capital	-	-	(6.816)	6.816	-
Saldo em 31 de dezembro de 2021	294.849	92.014	(46.415)	-	340.448
Adiantamento para futuro aumento de capital	-	24.066	-	-	24.066
Prejuízo do exercício	-	-	-	(6.655)	(6.655)
Reserva especial para aumento de capital	-	-	(6.655)	6.655	-
Saldo em 31 de dezembro de 2022	294.849	116.080	(53.070)	-	357.859

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

CAP S.A. ARENA DOS PARANAENSES

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em milhares de Reais)

1. Governança corporativa

Em janeiro de 2022 a CAP S.A. implementou o ERP SAP *Business One*, para integrar todas as suas informações financeiras, promovendo a transparência, colaboração entre nossas equipes e a troca de dados, com o objetivo de proporcionar uma melhor tomada de decisão, melhoria contínua em nossos processos, mais eficiência operacional e segurança da informação.

Com a implementação do novo sistema alteramos a estrutura do nosso plano de contas, centros de custos e demonstrações contábeis, proporcionando uma melhor visualização e interpretação das nossas demonstrações para o Conselho Fiscal, Direção, Investidores e a Sociedade.

Ao leitor, seguem abaixo as alterações das Demonstrações Contábeis publicadas em 2021 em comparação com 2021 no novo modelo:

Ativo		Passivo e patrimônio líquido	
	2021 publicado	2021 nova estrutura	
Circulante			Circulante
Caixas e equivalentes de caixa		2	Fornecedores
Disponibilidades	2		1.335
Despesa exercício seguinte	4	4	Empréstimos e financiamentos
Outros Ativos			182.451
	6	6	Obrigações sociais e tributárias
			1
			Parcelamentos fiscais
			470
			184.257
			184.257
Não Circulante			Não Circulante
Contas a Pagar			Contas a Pagar
Imobilizado	633.648	633.648	Parcelamentos fiscais
	633.648	633.648	-
			Provisões para contingências
			324
			324
			Empréstimos e financiamentos
			108.626
			108.626
			108.950
			108.950
			Patrimônio Líquido
			Capital social
			295.499
			295.499
			Adiantamento para futuro aumento de capital
			91.363
			91.363
			Reserva especial para Aumento de Capital
			(46.415)
			(46.415)
			Superávit ou Déficit Acumulados
			340.447
			340.447
Total ativo	633.654	633.654	Total passivo e patrimônio líquido
			633.654
			633.654

	2021 publicado	2021 nova estrutura
Demonstração de resultado		
Fornecimentos e serviços externos		(180)
Despesa com pessoal		-
Depreciação e amortização	(6.448)	(6.448)
Despesas das atividades em geral	(186)	
Outros gastos e perdas operacionais		(6)
Despesas operacionais	(6.634)	(6.634)
Resultado operacional	(6.634)	(6.634)
Resultado financeiro	(182)	(182)
Prejuízo do exercício	(6.816)	(6.816)

2. Atividades operacionais

SPE - Sociedade de Propósito Específico CAP S.A. ARENA DOS PARANAENSES ("CAP") é uma sociedade anônima de Capital Fechado, constituída em 28 de setembro de 2011, e que tem por objetivo o gerenciamento, a administração e a construção de um empreendimento imobiliário denominado "Complexo Esportivo ARENA/FIFA COPA 2013/2014, constituído pela reforma e ampliação do Estádio Joaquim Américo Guimarães e demais infraestrutura de adjacências, visando sediar jogos de futebol da Copa do Mundo de 2014/FIFA."

Em função desta entidade não apresentar receita e/ou geração de caixa, todas as despesas inerentes à sua atividade são custeadas pela sua controladora, mediante adiantamento para futuro aumento de capital, ao qual posteriormente, o saldo desses adiantamentos é capitalizado mediante emissão de novas ações.

3. Base de preparação

As Demonstrações contábeis foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor, e estão apresentadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil que compreendem os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC).

A preparação das demonstrações contábeis requer o uso de certas estimativas contábeis e, também, o exercício de julgamento por parte da administração do CAP no processo de aplicação das políticas contábeis. As estimativas e julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias. Os resultados reais dessas estimativas podem apresentar variações que, no período em que forem verificadas, serão reconhecidos no resultado.

As principais estimativas e julgamentos aplicados incluem: avaliação sobre risco de perdas em processos judiciais nos quais o CAP seja parte ré, para fins de mensuração de provisão para passivos judiciais. Detalhes sobre estas estimativas contábeis e julgamentos estão apresentados na Nota 4.

4. Resumo das principais práticas contábeis

As principais práticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações contábeis estão definidas abaixo. Essas políticas vêm sendo aplicadas de modo consistente em todos os exercícios apresentados.

a) Caixa e equivalentes de caixa

Contemplam: numerários em caixa, saldo em bancos e investimentos de liquidez imediata, com vencimento original de até três meses. Os rendimentos de ativos financeiros mantidos até o vencimento estão demonstrados ao custo acrescido das remunerações contratadas e reconhecidas proporcionalmente até a data das demonstrações contábeis.

b) Instrumentos financeiros

Classificação e mensuração

A classificação dos ativos financeiros depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos, onde a administração determina a classificação no seu reconhecimento inicial. Em caso de ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado, situação essa em que há negociação ativa e frequente desses, os ganhos ou perdas são reconhecidos diretamente no resultado financeiro do período.

c) Apuração do resultado

Os gastos são registrados em regime de competência.

d) Contas a receber

Os créditos, quando aplicáveis, são atualizados até a data de encerramento das demonstrações contábeis. Em face de inexistência de créditos é desnecessária a constituição de provisão para crédito de liquidação duvidosa. Quando aplicável, o valor da provisão é a diferença entre o valor contábil e o valor recuperável.

e) Demais ativos circulantes

Os demais ativos são apresentados ao valor de custo ou de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias.

f) Segregação de prazos

No Balanço Patrimonial, ativos e obrigações vincendas ou com a expectativa de realização dentro dos próximos 12 meses, são classificados como itens circulantes e aqueles com vencimento ou com expectativa de realização superior a 12 meses são classificados como itens não circulantes.

g) Imobilizado

O CAP efetuou a depreciação do Estádio Joaquim Américo Guimarães "ARENA" considerando a vida útil da edificação em 100 anos, tendo como parâmetro o Laudo para CAP S.A. que apresenta condições e estudos à Vida Útil da edificação do ESTÁDIO JOAQUIM AMÉRICO GUIMARÃES emitido pelo DR MAURO LACERDA SANTOS FILHO, Professor Titular - Ph.D. do Setor de Tecnologia - ITTI da UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ, e pela manutenção constante efetuada na Estrutura do Estádio, face as fiscalizações periódicas pelos Órgãos Públicos e, pela primazia que o CAP tem no zelo e conservação de seus bens em geral e em especial pela segurança dispensada pelo CAP aos seus Sócios, Torcedores e Público em Geral que prestigia os espetáculos apresentados em nosso Estádio sejam esportivos, recreativos ou culturais.

h) Empréstimos

Os empréstimos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo, líquido dos custos de transação incorridos. Subsequentemente são mensurados ao custo amortizado com base no método de taxa juro efetiva.

Estão demonstrados pelos valores de contratação, acrescidos dos encargos compactuados, que incluem juros e atualização monetária incorridos. Empréstimos são classificados no passivo circulante, exceto, quando aplicável, pelas parcelas que podem incondicionalmente ser liquidadas após 12 meses da data do encerramento do balanço das demonstrações contábeis, registradas no passivo exigível a longo prazo.

i) Outros passivos circulantes e não circulantes

Os demais passivos são demonstrados por valores conhecidos ou calculados, ajustados, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias incorridos.

5. Estimativas e julgamentos contábeis críticos

a) Provisões para contingências

As provisões para passivos contingentes são referentes a procedimentos judiciais, de acordo com a probabilidade de perda ou ganho, sendo registradas contabilmente provisões somente para os procedimentos em que a administração julgue como provável um resultado desfavorável ao CAP e com relação ao qual a perda seja estimada em bases razoáveis. Essas determinações são feitas pela administração com base no parecer dos assessores jurídicos do CAP, de forma que os passivos judiciais e contingências estejam adequadamente reconhecidos nas demonstrações contábeis.

6. Novas normas e interpretações ainda não efetivas

As seguintes alterações de normas foram emitidas pelo IASB mas não estão em vigor para o exercício de 2022. A adoção antecipada de normas, embora encorajada pelo IASB, não é permitida, no Brasil, pelo Comitê de Pronunciamento Contábeis (CPC).

Alteração ao IAS 1 - Apresentação das demonstrações contábeis

De acordo com o IAS 1 (*Presentation of financial statements*), para uma entidade classificar passivos como não circulantes em suas demonstrações contábeis, ela deve ter o direito de evitar a liquidação dos passivos por no mínimo doze meses da data do balanço patrimonial. Em janeiro de 2020, o IASB emitiu a alteração ao IAS 1 (*Classification of liabilities as current or non-current*), cuja data de aplicação era para exercícios iniciados a partir de 1º de janeiro de 2023, que determinava que a entidade não teria o direito de evitar a liquidação de um passivo por pelo menos doze meses, caso, na data do balanço, não tivesse cumprido com índices previstos em cláusulas restritivas (ex.: *covenants*), mesmo que a mensuração contratual do *covenant* somente fosse requerida após a data do balanço em até doze meses.

Subsequentemente, em outubro de 2022, nova alteração foi emitida para esclarecer que passivos que contém cláusulas contratuais restritivas requerendo atingimento de índices sob *covenants* somente após a data do balanço, não afetam a classificação como circulante ou não circulante. Somente *covenants* com os quais a entidade é requerida a cumprir até a data do balanço afetam a classificação do passivo, mesmo que a mensuração somente ocorra após aquela data.

A alteração de 2022 introduz requisitos adicionais de divulgação que permitam aos usuários das demonstrações contábeis compreender o risco do passivo ser liquidado em até doze meses após a data do balanço. A alteração de 2022 mudou a data de aplicação da alteração de 2020. Desta maneira, ambas as alterações se aplicam para exercícios iniciados a partir de 1º de janeiro de 2024.

Alteração ao IAS 1 e IFRS *Practice Statement 2* - Divulgação de políticas contábeis

Em fevereiro de 2021 o IASB emitiu nova alteração ao IAS 1 sobre divulgação de políticas contábeis "materiais" ao invés de políticas contábeis "significativas". As alterações definem o que é "informação de política contábil material" e explicam como identificá-las. Também esclarece que informações imateriais de política contábil não precisam ser divulgadas, mas caso o sejam, que não devem obscurecer as informações contábeis relevantes. Para apoiar esta alteração, o IASB também alterou a "*IFRS Practice Statement 2 Making Materiality Judgements*" para fornecer orientação sobre como aplicar o conceito de materialidade às divulgações de política contábil. A referida alteração tem vigência a partir de 1º de janeiro de 2023.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em milhares de Reais)

Alteração ao IAS 8 - Políticas contábeis, mudança de estimativa e retificação de erro

A alteração emitida em fevereiro de 2021 esclarece como as entidades devem distinguir as mudanças nas políticas contábeis de mudanças nas estimativas contábeis, uma vez que mudanças nas estimativas contábeis são aplicadas prospectivamente a transações futuras e outros eventos futuros, mas mudanças nas políticas contábeis são geralmente aplicadas retrospectivamente a transações anteriores e outros eventos anteriores, bem como ao período atual. A referida alteração tem vigência a partir de 1º de janeiro de 2023.

Alteração ao IAS 12 - Tributos sobre o lucro

A alteração emitida em maio de 2021 requer que as entidades reconheçam o imposto diferido sobre as transações que, no reconhecimento inicial, dão origem a montantes iguais de diferenças temporárias tributáveis e dedutíveis. Isso normalmente se aplica a transações de arrendamentos (ativos de direito de uso e passivos de arrendamento) e obrigações de descomissionamento e restauração como exemplo, e exigirá o reconhecimento de ativos e passivos fiscais diferidos adicionais. A referida alteração tem vigência a partir de 1º de janeiro de 2023.

Não se espera que essas alterações tenham impacto significativo sobre as demonstrações contábeis da entidade.

Não há outras normas IFRS ou interpretações IFRIC que ainda não entraram em vigor que poderiam ter impacto significativo sobre as demonstrações contábeis da entidade.

7. Imobilizado

		2022			2021
	Taxa	Custo	Depreciação acumulada	Líquido	Líquido
Edificações	1% a 4%	622.998	(28.252)	594.746	600.973
Máquinas e equipamentos	10%	999	(943)	56	185
Equipamentos de informática	20%	177	(177)	-	2
Equipamentos esportivos	10%	-	-	-	18
Móveis e utensílios	10%	553	(339)	214	261
Instalações	10%	102	(52)	50	60
Imobilizado em Andamento		77.520	-	77.520	32.149
		<u>702.349</u>	<u>(29.763)</u>	<u>672.586</u>	<u>633.648</u>

CAP S.A. ARENA DOS PARANAENSES

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de Reais)

	2021	Adições	Transferências/ Baixas	Depreciação	2022
Edificações	600.973	-	-	(6.227)	594.746
Máquinas e equipamentos	185	-	-	(129)	56
Equipamentos de informática	2	-	-	(2)	-
Equipamentos esportivos	18	-	(18)	-	-
Móveis e utensílios	261	-	8	(55)	214
Instalações	60	-	-	(10)	50
Imobilizado em Andamento	32.149	45.371	-	-	77.520
	<u>633.648</u>	<u>45.370</u>	<u>(10)</u>	<u>(6.422)</u>	<u>672.586</u>

A partir de janeiro de 2008 os bens passaram a ser depreciados pelo prazo de vida útil do bem, em conformidade com novo valor atribuído pela reavaliação, conforme Laudo de Avaliação elaborado por empresa especializada, datado em 27 de dezembro de 2007.

O CAP efetuou a depreciação sobre o Estádio Joaquim Américo Guimarães - ARENA, considerando a vida útil da Estrutura do Estádio em 100 anos, conforme esclarecimento na Nota 4G.

8. Empréstimos e financiamentos

	Taxas	Garantia	2022	2021
Financiamento	TJLP+1,9%a.a.	Penhora, TCP	568.048	522.677
Tít. Pot. Construtivo	Cub-PR Sindicon	Penhora, TCP	(255.668)	(231.600)
			<u>(312.380)</u>	<u>291.077</u>
	Circulante		224.421	182.451
	Não circulante		87.959	108.626

Os empréstimos utilizados para construção da Arena para viabilizar a realização dos jogos da Copa do Mundo de 2014 em Curitiba foram obtidos junto à Fomento Paraná sob o contexto do Convênio Tripartite nº 19.275, firmado entre CAP, Município de Curitiba e Estado do Paraná, pelo qual as partes convenientes assumiram o compromisso de custear equitativamente cada um, o equivalente a um terço do custo da obra.

Para cumprimento da cota parte do Município de Curitiba e Estado do Paraná, previu-se com base no valor estimado da obra (R\$ 184.600 mil) e como moeda de pagamento a emissão de potencial construtivo pelo Município de 2/3 do valor total, com o repasse de 1/3 em dinheiro do Estado do Paraná diretamente para a conta do Município de Curitiba.

A dívida perante a Fomento foi integralmente realizada em nome da CAP S.A. (SPE do CAP) e, em contrapartida, o CAP apresentou garantidas de ativos imobilizados, recebíveis e títulos de potencial construtivo, sendo que estes títulos além de garantir a dívida, serviriam como moeda de pagamento.

Em razão de atraso pelo Município de Curitiba no fluxo de comercialização dos títulos de potencial construtivo já emitidos e da não atualização do custo final da obra (avaliado em auditoria realizada pela PwC e chancelada pelo Tribunal de Contas do Paraná no valor de R\$ 346.246 mil), a dívida deixou de ser adimplida e a Fomento Paraná promoveu a execução judicial dos referidos contratos de empréstimo. Atualmente, o processo está em trâmite no Superior Tribunal de Justiça, tendo sido concedido efeito suspensivo ao recurso especial interposto pelo CAP, para que sejam suspensas as execuções promovidas pela Fomento Paraná. Da mesma forma, o processo encontra-se suspenso por convenção das partes para o fim de transacionarem, principalmente em razão da decisão do TCE/PR).

Neste sentido, pelo Acórdão 701/22 do Tribunal Pleno (Processo n. 484473/21 - TCE), o Tribunal de Contas determinou ao Estado do Paraná e ao Município de Curitiba que “apresentem a esta Corte termo aditivo ao Convênio Tripartite nº 19.275 que contemple a quitação de todos os compromissos das partes referentes à divisão dos custos adicionais suportados pelo denunciante CAP S.A. para reforma e adaptação do Estádio Joaquim Américo Guimarães para realização da Copa do Mundo de 2014 da FIFA em Curitiba, considerando o pressuposto do rateio equitativo estabelecido no convênio e as conclusões do laudo pericial da Fundação Getúlio Vargas homologado judicialmente na ação de produção antecipada de provas nº 0005199-77.2017.8.16.0004”.

Ainda, o Acórdão 1219/22 - Tribunal Pleno (processo 253394/22 - TCE) esclareceu que “na motivação da decisão e em referência na parte dispositiva consta o valor base de R\$ 346.246 mil”, sendo este o valor final da obra a ratear. Tal decisão transitou em julgado em 23/08/2022.

Com efeito e no objetivo de possibilitar a transação entre as Partes, o Estado do Paraná promulgou em 21/12/2022 a Lei Estadual n.º 21.329, a qual permitiu a renegociação do saldo devedor existente de valores financiados pela Agência de Fomento do Paraná com recursos do Fundo de Desenvolvimento Econômico, sem aplicação de multa e juros de mora.

Nas demonstrações contábeis do CAP encontra-se a dívida bruta integral atualizada pela TJLP + 1,9% no montante de R\$ 568.047 mil. Os títulos de Potencial Construtivo já emitidos e corrigidos pelo CUB até 31 de dezembro de 2022 somam R\$ 255.667 mil. Logo, considerando a decisão do TCE/PR e as tratativas de Composição pelas Partes, haverá o aporte adicional e corrigido pelo Estado do Paraná e Município de Curitiba da diferença faltante e correspondente a 2/3 sobre o custo final das obras, apurado em auditoria da PwC e chancelado pelo Tribunal Pleno do Tribunal de Contas.

Dito isso, o valor do passivo reconhecido nas demonstrações contábeis do Clube encontra-se superior à expectativa de perda demonstrada pelos advogados, não sendo necessária provisão complementar.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em milhares de Reais)

9. Provisões para contingências

	2021	Adições	Baixas	2022
Processos cíveis	239	93	-	332
Processos trabalhistas	85	17	-	102
	<u>324</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>434</u>

As Ações Judiciais classificadas pelos Escritórios de Advocacia como Risco Possível e com índices de realizações projetados muito baixo, ficam dispensados da contabilização em provisão. Com este esclarecimento a Diretoria Executiva optou em demonstrar em Nota Explicativa para melhor transparência aos Conselheiros, Sócios e ao público em geral.

O CAP encontra-se discutindo judicialmente os empréstimos junto à Fomento Paraná, em que seus advogados avaliaram os processos e os qualificaram como perda provável de R\$ 363.029 mil. No entanto, os empréstimos junto ao credor foram tomados no contexto de um convênio tripartite com o Município de Curitiba e o Estado do Paraná, cuja finalidade foi que cada parte seria responsável por arcar equitativamente com um terço do custo da obra, adotando-se como garantia e moeda de pagamento a emissão pelo Município de Títulos do Potencial Construtivo em favor do CAP.

Nas demonstrações contábeis do CAP encontra-se a dívida bruta integral atualizada pelos juros no montante de R\$ 568.047 mil. Os títulos de Potencial Construtivo já emitidos e corrigidos até 31 de dezembro de 2022 somam R\$ 255.668 mil.

Assim, considerando a já mencionada decisão do TCE/PR e as tratativas de composição pelas partes em que haverá o aporte adicional e corrigido pelo Estado do Paraná e Município de Curitiba da diferença faltante e correspondente a 2/3 sobre o custo final das obras, apurado em auditoria da PwC e chancelado pelo Tribunal Pleno do Tribunal de Contas, o valor do passivo reconhecido nas demonstrações contábeis do clube encontra-se com demonstrações superior à expectativa de perda demonstrada pelos advogados, não sendo necessário, portanto, provisão complementar.

10. Despesas operacionais

Na Demonstração de Resultado do Exercício as Atividades Operacionais estão apresentadas em classificação contábil específica, de modo a permitir uma análise mais completa sobre as contas de receitas e despesas.

	<u>2022</u>	<u>2021</u>
Depreciação e amortização	(6.422)	(6.448)
Despesa depreciação	(6.422)	(6.448)
Despesas das Atividades em Geral	(86)	(186)
Despesas administrativas	(78)	(180)
Despesas gerais	(3)	(3)
Despesas tributárias	(4)	(3)
Despesas Operacionais	<u>(6.507)</u>	<u>(6.634)</u>

11. Supremo Tribunal Federal ("STF") muda entendimento relacionado com a coisa julgada em matéria tributária

Em 08 de fevereiro de 2023 o Supremo Tribunal Federal (STF) julgou os Temas 881 - Recursos Extraordinário nº 949.297 e 885 - Recurso Extraordinário nº 955.227.

Os ministros que participaram destes temas concluíram, por unanimidade, que decisões judiciais tomadas de forma definitiva a favor dos contribuintes devem ser anuladas se, depois, o Supremo tiver entendimento diferente sobre o tema. Ou seja, se anos atrás uma empresa conseguiu autorização da Justiça para deixar de recolher algum tributo, essa permissão perderá a validade automaticamente se, e quando, o STF entender que o pagamento é devido.

A Administração avaliou com os seus assessores jurídicos internos os possíveis impactos desta decisão do STF e concluiu que a decisão do STF não resulta, baseada em avaliação da administração suportada por seus assessores jurídicos, e em consonância com o CPC 25/IAS37 Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, CPC 32/IAS 12 Tributos sobre o lucro, ICPC 22 / IFRIC 23 Incerteza sobre tratamento de tributos sobre o lucro e o CPC 24/IAS10 Eventos Subsequentes, em impactos significativos em suas demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2022.

Mario Celso Petraglia
Presidente

Marcio Lara
Diretor de Patrimônio

Vagner Augusto Fonseca
Contador
CRC SP-231985/O